

Netanias Mateus de Souza Castro¹

Resumo: José Lins do Rego integra um projeto estético-literário denominado Romance de 30, cujas atenções voltam-se para a construção de uma literatura que conte o Brasil a partir do elemento regional. Transitando entre a zona açucareira e os sertões paraibanos, a obra do escritor é repleta de diversas problemáticas sociais ligadas ao Nordeste, como o fenômeno de banditismo rural denominado cangaço, presente em alguns momentos de Lins do Rego. Partindo disso, procura-se, aqui, estudar a(s) representação(ões) do cangaço na obra reguiana, tratando o acontecimento histórico como elemento estético da obra em questão. Os três romances estudados são *Menino de Engenho*, *Fogo Morto* e *Cangaceiros*, havendo entre cada um o distanciamento temporal de pelo menos uma década. Ao final desta leitura, é possível perceber que o cangaço enquanto tema dos romances do paraibano é progressivo, ganhando espaço dentro dos enredos; não se podendo esquecer que, enquanto aspecto estético, dialoga intimamente com a estrutura das narrativas.

Palavras-chave: José Lins do Rego. Cangaço. Menino de Engenho. Fogo Morto. Cangaceiros.

Abstract: José Lins do Rego integrates an aesthetic-literary project called Romance of 30, whose attentions turn to the construction of a literature that counts Brazil from the regional element. Transiting between the sugar zone and the backlands of Paraíba, the writer's work is replete with several social problems related to the Northeast, such as the phenomenon of rural banditry called cangaço, present in some moments of Lins do Rego. From this, we try to study the representation (s) of cangaço in the Reguiana work, treating the historical event as an aesthetic element of the work in question. The three novels studied are *Ingenuity Boy*, *Dead Fire* and *Cangaceiros*, with each of them distancing himself for at least a decade. At the end of this reading, it is possible to perceive that the cangaço as theme of the novels of the paraibano is progressive, gaining space within the entanglements; not forgetting that, as an aesthetic aspect, it dialogues intimately with the structure of the narratives.

Keywords: José Lins do Rego. Cangaço. Menino de Engenho. Fogo Morto. Cangaceiros.

¹ Mestre em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2016), onde pesquisou sobre representações do cangaço e da violência no romance "Cangaceiros", de José Lins do Rego. Atualmente, é aluno do curso de doutorado em Letras do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - PPGL/UERN, pesquisando as influências do social na estrutura do romance de Lins do Rego. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Brasileira, Modernismo de 30 e obra José Lins do Rego. E-mail: nmcastro@yahoo.com.br

José Lins do Rego, escritor paraibano que escreveu romances de 1932 a 1953, trouxe em sua obra aspectos ligados a duas paisagens distintas do Nordeste: a da zona açucareira e a dos sertões. Apesar dessa diferença entre mundos tão próximos e, ao mesmo tempo, tão distantes, há diversos elos, temáticos e estruturais que dão coesão e unidade à sua obra. Um dos elementos que ilustra essa aproximação é o fenômeno do cangaço, presente em significativos momentos da obra de Lins do Rego e ligada ao cenário nordestino. Para Farias (2006), o cangaço é um dos temas englobados pelo projeto regionalista de Lins do Rego. Para ela,

Em Franklin Távora e José Lins, o interesse pela figura do cangaceiro surge, portanto, no mesmo solo ideológico e cultural que informa suas concepções de espaço e de literatura regionais. O cangaceiro, como tipo legendário da tradição cultural popular nordestina, constitui uma das expressões mais genuinamente regionais, representando, por extrapolação, o que o país tem de mais peculiar em suas raízes. (FARIAS, 2006, p. 186)



Cabe mencionar, inicialmente, que o cangaço, problemática historicamente ligada ao Nordeste brasileiro, é objeto que se fortalece dentro da obra de José Lins do Rego, no que diz respeito à conquista de espaço nos enredos e nos conflitos que envolvem os personagens das narrativas. Para confirmar esta tese, importa considerar três de seus importantes romances – *Menino de Engenho* (1932); *Fogo Morto* (1943) e *Cangaceiros* (1953) – para perceber a mudança de plano na representação do fenômeno do cangaceirismo, desde a aparição em poucas do primeiro romance até um último, dedicado ao tema do cangaço.

Desse modo, objetiva-se, aqui, observar e analisar a representação do cangaço em três romances de José Lins do Rego, mostrando como o tema ganha espaço na referida obra. Procura-se, ainda, olhar

para o elemento social do cangaço como fator “*externo*”, que se torna “*interno*” no romance, isto é, como o social passa a compor a estrutura da obra, conforme o que é proposto por Antônio Candido em sua célebre *Literatura e Sociedade* (2014, p. 14), assim, “saímos dos aspectos periféricos da sociologia, ou da história sociologicamente orientada, para chegar a uma interpretação estética, que assimilou a dimensão social como fator de arte” (CANDIDO, 2014, p. 17).

Menino de Engenho é o romance da memorialística atenta da infância do menino Carlos de Melo, marcada por sua chegada, estadia e saída do engenho do avô José Paulino, onde vive, em meio à melancolia que lhe é própria, à idealização do avô, à liberdade dos primeiros anos e à libertinagem dos amores precoces. O romance é organizado em recortes que sugerem os flashes da memória do narrador. Lembra-se das horas de solidão, do amor materno da tia Maria, do medo da velha sinhazinha e de tantos outros acontecimentos, numa dessas lembranças, Carlinhos lembra-se da visita do cangaceiro Antônio Silvino e de seu bando ao engenho de seu avô: “A casa toda ficou cheia de pavor. O nome do cangaceiro era bastante para mudar o tom de uma conversa” (p. 40).

A primeira relação que se faz no romance ao nome de Silvino é o temor que este pode despertar: “Falava-se dele baixinho, em cochicho, como se o vento pudesse levar as palavras.” (p. 40). No entanto, mesmo sendo a primeira impressão que se tem na leitura de *Menino de Engenho*, ela logo é substituída pelo ponto de vista da infância, como se espera de um romance que se propõe a contar os primeiros anos de seu protagonista: “Para os meninos, a presença de Antônio Silvino era como se fosse a de um rei das nossas histórias” (p. 40). Desta feita, o nome do cangaceiro é associado aos reis ouvidos pelas histórias de trancoso contadas, sobretudo, pela velha Totônia, perso-

nagem do romance que transita de engenho a engenho contando suas fantásticas e distantes estórias. Há de ser lembrado com isso que “O imaginário do cangaço se expande através de narrativas das culturas populares e do cânone, apresentando variações arquetípicas através do imaginário das diversas camadas sociais” (SANTOS, 2014, p. 27) e ainda que “O processo narrativo de José Lins do Rego muito deve, como ele próprio confessava, aos narradores de histórias de Trancoso e de assombrações e à voz dos cantadores cegos de feiras do Nordeste.” (PEREGRINO JR., 1990, p. 190). E só não as narrativas em torno do cangaço se aproximam desse universo da cultura oral ligada as camadas populares do Nordeste, mas a própria obra de José Lins do Rego, como bem aponta Peregrino Júnior (1990, p. 190): “O processo narrativo de José Lins do Rego muito deve, como ele próprio confessava, aos narradores de histórias de Trancoso e de assombrações e à voz dos cantadores cegos de feiras do Nordeste.”

É perceptível no narrador de *Menino de Engenho* a visão própria do universo da criança é, além de romântica, criativa, capaz de aludir facilmente a ficção que ouvem à realidade que (não) veem. Os reis das tradições monarcas europeias, próprios dos causos a que se refere o narrador, cedem lugar, na cabeça dos meninos, a Silvino, que, curiosamente, na perspectiva de alguns, é integrante de um grupo, ou cultura, que se pretende “sem lei nem rei” (MELLO, 2011, p. 87), ainda que, posteriormente, ao cangaço fosse atribuído a figura de um (pretense) rei. O cangaceiro, portanto, torna-se, ao menos simbolicamente, o objeto monarca por ele subvertido.

A respeito da visita a que aqui se refere, era “de cortesia”, com duração de um jantar. O mais curioso é o caráter pitoresco que o personagem assume no decorrer da sua estada no engenho: “Só ele falava, contava histórias [...] numa fala de tártaro, querendo fazer-se de

muito engraçado” (p. 41). Nos meninos, a visão romântica e heroica que se fez até pouco tempo, dissolve-se ao vermos, ao menos naquele momento, a realidade frustrando a ficção construída pelo pequeno Carlos de Melo: “Pra mim, tinha perdido um bocado do prestígio. Eu o fazia outro, arrogante e impetuoso, e aquela fala bamba viera desmanchar em mim a figura de herói.” (p. 41).

A decepção de Carlos de Melo aponta para um ponto essencial no universo do cangaço, isto é, a relação amigável com coronéis, contrariando certas visões que se tem sobre o cangaço, como a do mestre Amaro, no início de *Fogo Morto*, conforme se verá adiante. Sobre essa relação, Frederico Pernambucano de Mello (2011, p. 87) pondera:

Ao contrário do que teimam em afirmar certos intérpretes, não é possível surpreender uma relação de antagonismo necessária entre cangaceiro e *coronel*, tendo prosperado – isto sim – uma tradição de simbiose entre essas duas figuras, representada por gestos de constante auxílio recíproco, porque assim lhes apontava a conveniência. Ambos se fortaleciam com a celebração de alianças de apoio mútuo, surgidas de forma espontânea por não representarem requisito de sobrevivência nem para uma nem para outra das partes, e sim, condição de maior poder.

Zé Paulino, senhor de engenho, avô de Carlos de Melo, desfruta de relações amigáveis com Antônio Silvino, cangaceiro, por isso não demonstra o lado valente que o menino narrador esperava conhecer, quando o associou aos heróis da tradição popular. Quando se chega à narrativa de *Fogo Morto*, mesmo com uma mudança de foco narrativo, a convivência amigável entre José Paulino e Antônio Silvino persistirá.

Em *Fogo Morto*, publicado em 1943, por sua vez, a dinâmica dos engenhos de cana de açúcar também é o elemento central do

romance, isso se dá no plano da decadência, os engenhos declaram fogo morto. Mesmo que não seja a matéria principal do romance, o cangaço, representado mais uma vez por Antônio Silvino e seu bando, obtém mais destaque do que em *Menino de Engenho*, embora menos do que em obras que se seguiriam, como *Pedra Bonita* e *Cangaceiros*.

O romance é narrado em terceira pessoa, mas por ser dividido em partes, mais precisamente três, que acompanham o percurso de certos personagens, é possível aproximar delas o ponto de vista que é narrada a obra. As partes são denominadas “O mestre José Amaro”, “O engenho de seu Lula” e “O capitão Vitorino”. Importa ressaltar que objeto que aqui se analisa não está presente em todas elas, como na parte dedicada ao engenho de seu Lula, no entanto, na terceira parte do romance, haverá um contato direto do coronel Lula de Holanda com os cangaceiros de Antônio Silvino, o que se aproveitará aqui para a busca compreensão da presença do cangaço em *Fogo Morto* que se empreende neste artigo.

Na primeira parte, o cangaço é apresentado pela visão romântica do mestre que intitula a parte. Desiludido com a sua própria realidade – profissão decadente, ameaças do dono das terras em que vive, má convivência familiar com sua esposa e filha única, comentários caluniosos a seu respeito que davam conta de que se transformava em lobisomem – José Amaro encontra no cangaço algo que justifique sua existência vazia. Amaro, amargo, é um bom exemplo do herói romanesco, está longe de ser possuidor de grandes virtudes, que o torna capaz de enfrentar os grandes danos que se estabelecem ao seu entorno. Aproxima-se, muito mais, daquilo que Lukács (2000, p. 79), em sua *Teoria do Romance*, chamaria de “herói problemático”, aquele a quem a totalidade do mundo helênico já não existe e a ideia de comunidade desse mesmo universo se dissolveu. O “herói pro-

blemático”, é o herói do mundo moderno burguês, apartado, solitário, permeado de conflitos interiores. Muito embora José Amaro seja envolto pelas exterioridades que se voltam contra ele, é no seu âmbito que tais conflitos se avultam, as reflexões das caminhadas noturnas expõem que os grandes dramas do mestre se passam dentro de si mesmo. O cangaço se apresentaria, para a personagem, como uma fuga de sua tragédia pessoal.

Enquanto abominava as tropas policiais – “O mestre José Amaro ia sabendo destas coisas com ódio violento contra a tropa.” (REGO, 2004, p. 120) – era admirador confesso de Antônio Silvino desde o início da narrativa, quando afirma que só votaria no cangaceiro, atribuindo a ele o cuidado e a defesa dos pobres:

Estou dizendo que vou votar no capitão Antônio Silvino. Por que não voto nele? Porque é cangaceiro, porque anda por aí com o seu grupo atacando os ricos? Os bichões da Ribeira dão banquete a ele como governador, andam cheirando a bunda dele. (REGO, 2004, p. 104)

O mestre Amaro põe sobre o mesmo patamar políticos e cangaceiros, isso implica uma equiparação entre o poder institucionalizado e uma forma marginal de poder. Estando em um mesmo nível, tanto se pode entender o cangaço como elevado à condição de representantes do povo, como os políticos rebaixados aos quadros do banditismo. De um modo ou de outro, o cangaço visto e representado a partir do olhar do mestre José Amaro suscita a reflexão em torno da legitimidade do poder político público para representar classes populares, bem como a competência daqueles no manuseio de políticas que empoderem classes de pessoas subalternas. Nas manifestações artísticas mais próximas do povo – cordéis, narrativas orais, repente, etc. - e no imaginário deste, não raro, o cangaço se apresenta como promotor da justiça que não se efetiva por meio do poder polí-

tico, o simples gesto de desafiar uma ordem estabelecida pelas instituições governamentais já promovem, em muitos membros das bases inferiores da pirâmide social alheios a qualquer poder que seja, uma identificação imediata com os bandos.

É o que ocorre com José Amaro, que alcança o auge de sua relação com o cangaço quando passa a prestar serviços para Silvino:

O homem se foi, e na casa do mestre José Amaro ficou o terror na sua mulher, e uma sinistra alegria no coração do seleiro. Ele matava galinha e dava para o capitão Antônio Silvino que mandava em toda a cambada de senhores de engenho. [...] Sinhá torrara as duas frangas para o homem que ele mais admirava neste mundo. (REGO, 2004, p. 131 – 132)

Esse é um dos raros instantes de alegre euforia do mestre no decorrer do romance, marca inicial de seu envolvimento com o cangaço e com o, para si, admirável Antônio Silvino. Seguir-se-ia a isso outros préstimos, como a fabricação de sandálias e prestação de informações para o bando. No trecho, nota-se, além da admiração pelo cangaceiro Silvino, o ressentimento de José Amaro pelos senhores de engenho donos de terras. Um dos feitos que tornam o capitão admirável aos olhos do mestre é que, para este, aquele submete todos os latifundiários maiores do que José Amaro, cabe lembrar que “O nome de Antônio Silvino exercia sobre ele um poder mágico. Era o seu vingador, a sua força indomável, acima de todos, fazendo medo aos grandes.” (REGO, 2004, p. 114).

A relação com o cangaço, que se estabelece e se prolonga tornando-se mais próxima e complexa, rende ao mestre sua ida para a prisão, onde também é torturado, com o regresso para casa e, consequentemente, o retorno do vazio – “Tudo estava vazio, o poleiro, o chiqueiro de porcos.” (p. 401-402) – aliado ao desgosto da cadeia, da surra e do abandono de Antônio Silvino, que não o viera tirar da ca-

deia, comete suicídio, confirmando o que sugere Cândido (1992, p. 61): “Os seus heróis são de decadência”, afinal, não só a estrutura social, mas a dimensão humana também se mostra decadente em muitos momentos da romanística reguiana.

A percepção idealizada de cangaceiros como Antônio Silvino na parte do romance que carrega o nome do mestre José Amaro é alterada no final da trama, quando a narrativa não se desdobra mais a partir de um olhar próximo ao do mestre e este experimenta a cadeia e o distanciamento de Antônio Silvino, uma vez que os serviços antes prestados já não servem ao cangaceiro. No romance, a idealização do cangaço que, para o mestre, “não perseguia a pobreza, não ofendia as moças solteiras, não matava os inocentes.” (REGO, 2004, p. 177), acompanha a trajetória de Amaro, vive e morre com mestre, abrindo-se espaço para outras representações do mesmo bando de cangaceiros.

Outra possibilidade de leitura do cangaço é a partir do ponto de vista próximo ao coronel Lula de Holanda, proprietário decadente que sofre ataque de Antônio Silvino. Trata-se do outro lado da história, para quem o cangaceiro não é herói, mas se apresenta como invasor de sua propriedade: “Seu Lula levantou-se para ver o que era. [...] Era o capitão Antônio Silvino no Santa Fé. [...] Entrou na sala o capitão Antônio Silvino [...] Os cabras ficaram na porta” (REGO, 2004, p. 357); como defraudador de seus bens e aterrorizador de sua casa: “[...] velha, eu quero é a botija enterrada. Este velho [Lula de Holanda] está pensando que eu sou de brincadeira?” (REGO, 2004, p. 363).

Tem-se, pois, o cangaço numa de suas facetas muito difundidas, como crê, inclusive, José Amaro, ou seja, dicotomia cangaceiro-coronel, que opõe o rico latifundiário ao bandido. Todavia, ironicamente, quem promove a saída de Antônio Silvino do engenho Santa

Fé, de Lula de Holanda, é outro senhor de engenho, José Paulino, do Santa Rosa: “A figura do coronel José Paulino encheu a sala de respeito. [...] – Coronel, eu me retiro. Aqui não vim com intento de roubar ninguém. Vim pedir. O velho negou o corpo” (REGO, 2004, p. 364). A atitude solícita do capitão Antônio Silvino para com o coronel José Paulino traz a aparência da existência de alguma relação entre os dois, como aponto o pensamento de Mello (2011, p. 87), conforme já explicitado. A díade cangaceiro-coronel, estabelecida anteriormente, desfaz-se ou, ao menos, subordina-se à situação. Ao contrário do que pensa José Amaro, Antônio Silvino não é opositor dos grandes donos de terras, mas sua condição política, em muito momentos os põem lado a lado. A cena remete, inclusive, a *Menino de Engenho*, na ocasião da “visita de cortesia” de Antônio Silvino a José Paulino, atestando para a aliança entre ambos. Lula, dono de um engenho decadente, não é pobre o suficiente para se ver como protegido do cangaceiro, nem é rico o suficiente para enfrenta-lo, como o coronel José Paulino, que aparenta ter relações próximas com Silvino.

Por fim, *Fogo Morto* reserva a interessante perspectiva de Vitorino Carneiro da Cunha, figura quixotesca que acredita no poder da justiça institucionalizada e para quem o cangaço é um conglomerado de bandidos. Aspirante à política, Vitorino vê o cangaceiro do mesmo modo que vê os seus inimigos políticos: “Para ele, Antônio Silvino e o tenente Maurício, José Paulino e Quinca do Engenho Novo, todos valem a mesma coisa.” (p. 401). Todos esses nomes promovem o mesmo mal aos ideais políticos de Vitorino.

O senso de justiça de Carneiro da Cunha é tanto que, mesmo sendo inimigo político de Lula de Holanda, é ele o primeiro a chegar no engenho Santa Fé durante a estadia de Antônio Silvino, onde recebe coronhadas na cabeça, não sendo respeitado pelo cangaceiro.

Além do referido ataque ao engenho, na parte do romance que traz o nome de Vitorino como título, os cangaceiros também atacam o Pilar: “O delegado José Medeiros havia sido agredido por um dos cabras, dr. Samuel, se escondera na casa do padre.” (REGO, 2004, p. 300). As referidas ações dos cangaceiros apontam justamente para o modo como Vitorino vê o cangaço: insubordinados à lei e à ordem estabelecida pelo Estado ou, meramente, bandidos (cf. REGO 2004, p. 362).

O que se percebe em *Fogo Morto* é uma polifonia (cf. BAKHTIN, 2013), isto é, uma multiplicidade de vozes sobre o cangaço, diferentemente, de *Menino de Engenho*. Cada uma dessas vozes apresenta uma perspectiva sobre o objeto em questão. Essa constatação pode ser aliada à própria divisão estrutural da obra, concebida em três partes, cada uma com o nome de um personagem. Como se pôde notar, cada uma dessas vozes, referentes aos personagens que intitulam as partes do romance, ecoam direta ou indiretamente sobre o bando de cangaceiros de Antônio Silvino. Cabe afirmar também que o ponto de vista destes personagens não se limita às partes do romance denominadas por seus nomes, antes, eles transitam por toda a obra. Considere-se que o que se diz sobre o cangaço em *Fogo Morto* não se reduz a esses três personagens, há ainda outras vozes audíveis. Alia-se a isso aspectos do estilo narrativo empregado pelo romancista José Lins do Rego, que faz uso de técnicas como o discurso indireto livre (cf. BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2006), que permite o aparecimento dessas diversas vozes no próprio ato de narrar, com o surgimento da voz da personagem entrelaçada à voz do narrador conferindo a elas um status de narrador.

Por fim, em 1953, é publicado *Cangaceiros*, como continuação de outro romance publicado 15 anos antes: *Pedra Bonita*. A narrativa traz a história da família Vieira, que possui dois irmãos no cangaço,

sendo um deles chefe do bando, e ainda um terceiro contribuindo logisticamente para as ações e feitos do grupo.

Desta feita, o cangaço, ao lado das forças volantes de polícia, é representado como um dos agentes de violência que atuam no espaço sertanejo, sendo tido como uma das misérias que afligem o homem que ali habita: “Os sertanejos sofriam dos cangaceiros e das volantes. Por onde passavam os soldados os estragos eram os mesmos. O povo botava a mão na cabeça no desespero de não ter para onde correr” (REGO, 2010, p. 146). É notório, em todo o romance, a semelhança entre os modos de agir dos cangaceiros e das polícias, constituindo-se dois lados de uma guerra cujos danos e dramas recaem também sobre o sertanejo que não se põe nem de um lado nem de outro.

A própria história desenvolvida no romance *Cangaceiros* é fruto do embate ente entre soldados e cangaceiros. A trama tem início num arraial de beatos, onde se aglomeram romeiros e homens do bando de Aparício Vieira. A partir daí, tem-se a fuga da mãe de Aparício com o filho caçula e o surgimento da representação de todo um universo submerso na miséria da violência: “Quando não tem seca, tem soldado. Quando não tem soldado, tem cangaceiro” (REGO, 2010, p. 377). Sobre o mundo ditado por esse código da hostilidade, Domício, irmão de Bento, personagem principal do romance, e de Aparício, confessa: “Estou no cangaço. Aqui fiquei estes tempos escondido, neste cocuruto de serra. E se o governo soubesse do meu paradeiro aqui estaria para me matar a mim, à senhora e Bentinho. O governo mata, como a gente mata” (REGO, 2010, p.72). Se em *Fogo Morto* a equivalência que Vitorino Carneiro da Cunha atribui aos cangaceiros é em relação aos políticos, em *Cangaceiros*, o recurso linguístico da comparação, presenta na fala de Domício, explicita a se-

melhança entre cangaceiros e policiais.

Para que se confirme a fala de Domício, o texto narra a chegada das forças policiais na casa da família dos irmãos Terto e Germano, após estes haverem hospedado o bando de Aparício

pegaram o velho meu pai e foram com ele no cipó de boi. Amarraram ele na prensa da casa de farinha e foi um dar de cortar coração. Eu e Germano já estávamos no meio dos praças [...] Germano ainda quis se fazer na faca e levou uma coronhada de rifle que pegou, lá nele, bem no pé do ouvido. As minhas irmãs deram para chorar e eu vi o desgraçado dum praça apalpando uma delas como se fosse galinha. Pulei pra cima do cabra e nem sei contar o que aconteceu. Veja esta marca de talho, aqui na testa. Fizeram o 50 diabo nas moças bem na nossa cara. Levaram o velho para Vila Bela, estragaram as moças minhas irmãs e foram dando no velho até a cadeia. Deixaram a gente naquela miséria. (REGO, 2010, p. 51-52)

Além da violência policial, o trecho apresenta outra constante do romance: o estupro, praticado em excesso tanto pela polícia quanto pelos cangaceiros:

Deram o cerco e era uma família com duas moças e quatro homens. [...] Era povo da família dos Fialho, aparentados com o coronel Teotônio, um sujeito de quem Aparício não gostava. [...] “velho, eu não quero o teu dinheiro, mas as tuas filhas.” [...] E só ficaram as meninas aos prantos, correndo de um lado para outro como duas doidas. Aí Aparício mostrou mesmo quem era e arrastou uma delas para o mato. A menina estrebuchava. Mordia as mãos dele. Mas o bicho, com o diabo no corpo, arrastou-a por cima dos espinhos, derrubando-a no chão, e ali mesmo, como uma fera assanhada pela fome, caiu em cima dela. Nem era bom contar o resto de tudo. (REGO, 2010, 161-162)

Não é difícil perceber o *modus operandi* análogo entre ambos os grupos. Bentinho, ao encontrar com um grupo de policiais, observa: “Reparou Bentinho nos trajes dos soldados. Não fazia diferença dos cangaceiros. Chapéu de couro, punhal atravessado, alpercatas de

couro cru” (REGO, 2010, p. 151). Oswaldo Souto, em artigo publicado no *Gazeta de Alagoas* em 19 de fevereiro de 1938, assegura “que alguns soldados também se disfarçam em cangaceiros, trajando a mesma roupa e usando também cabelos cumpridos” (SOUTO apud MELLO, 2010). A historiadora Maria Isaura Pereira de Queiroz também se pronuncia sobre isso: “polícia e cangaceiros se estruturavam da mesma maneira e sempre os do escalão mais baixo pagavam o maior preço pelas aventuras” (QUEIROZ, 1986, p. 36).

Assim, diferentemente dos romances anteriores que tocam o solo do cangaceirismo, Lins do Rego, dedica toda uma trama ao universo do cangaço, contado ora por um narrador em terceira pessoa, ora por personagens com alguma aproximação com o bando ou mesmo por cangaceiros. São narrados inúmeros episódios protagonizados por homens do cangaço, sempre impetrando a violência física como instrumento de poder e, sobretudo, “legitimada pela concordância com os ditames da chamada moral sertaneja” (MELLO, 2011, p. 63). A vingança, a valentia, as perseguições, os grupos de cangaceiros e de volantes, os tiroteios, o temor e o destemor são constantes que estabelecem entre si um ciclo coercitivo, envolvendo toda uma organização social em torno do agir com violência. Se em Zé Lins há os romances do açúcar, *Cangaceiros* é, certamente, o da violência ou, como diria Costa (1991, p. 460) “é o romance mural de sangue, de dor e drama que a nossa literatura esperava, para fixação definitiva, em obra literária válida, do fenômeno dos sertões.”

O cangaço representado no último romance de Lins do Rego é, ainda, mostrado por um viés mais íntimo, narrando-se o que ocorre no seio do bando, a narrativa adentra às questões mais orgânicas do cangaceirismo e o representa como elemento de forte presença na estrutura social e econômica do Nordeste, sobretudo, dos sertões.

Essa intimidade com o cangaço ocorre por meio da trajetória de Bentinho na narrativa e de suas problemáticas que dizem respeito ao seu envolvimento quase inevitável com os irmãos cangaceiros.

Portanto, o romance é permeado pela tensão entre a possível e aparentemente iminente entrada de Bentinho para o cangaço e o estabelecimento de outro rumo para sua vida, que se torna mais atrativo a partir do momento em que conhece Alice. Essa tensão tanto se dá devido à sua idade juvenil, permeada de indefinições, quanto devido à sua proximidade com o cangaço, sendo a todo momento suporte para os irmãos do bando. Escolhendo fugir do lugar onde estava e, conseqüentemente, de sua condição de irmão de cangaceiros, Bentinho leva o romance a negar, por mais que *Pedra Bonita* pareça dizer o contrário, a relação estreita que muitos postulam entre o cangaço e uma espécie de determinismo e/ou fatalismo.

Também não se pode deixar de notar algo que diferencia *Cangaceiros* dos dois romances supracitados – *Menino de Engenho* e *Fogo Morto* – nestes, a ligação da ficção com a realidade por meio do cangaço é muito mais forte, devido ao nome do chefe do bando de cangaceiros ser Antônio Silvino, aspecto condizente com a história factual. Pode-se sustentar, ainda, essa relação explícita com a realidade com o fato de ambos os romances trazerem consigo o elemento memorialístico, não podendo ser esquecido o fato de que “o lugar de José Lins do Rego na literatura brasileira é assegurado pela anexação que ele efetiva da realidade física e social nordestina, no plano da literatura.” (COUTINHO & COUTINHO, 2004, p. 341). No último romance, todavia, o cangaço parece já estar tão habituado ao universo da ficção de Lins do Rego, que ganha vida própria, desvinculando-se de nomes da história do cangaço, sem que se perca o seu “realismo bruto” (BOSI, 1994, p. 385).

A partir do que se pensou aqui, a representação do cangaço na obra de José Lins do Rego dialoga intimamente com aspectos relativos à forma/estrutura do romance. *Menino de Engenho*, romance de forte tendência memorialista, apresenta o cangaço no mesmo plano que apresenta diferentes memórias de seu narrador, num tom monológico que até mesmo outras percepções sobre o cangaço, fornecidas por Carlos de Melo, estão limitadas ao espaço de vivência do menino (a dos moleques, das mulheres e do avô). Como esse espaço é limitado aos domínios do avô José Paulino, o cangaceiro é quem se encarrega de vir até o engenho. O cangaço é, aqui, integrante das memórias e lembranças do espaço rural onde fora criado o narrador do romance.

Fogo Morto, obra polifônica, apresenta vários olhares sobre o cangaço: heróis justiceiros, defraudadores de bens privados ou desafiadores da lei e do Estado. Isso fica visível na distribuição da narrativa entre três partes maiores e em técnicas como o discurso indireto livre. A obra pode ser vista como uma transição entre *Menino de Engenho* e *Cangaceiros*, no que diz respeito à atenção dada ao cangaço. No que diz respeito ao espaço do cangaço enquanto objeto de representação, é notório que seja maior do que em *Menino de Engenho* e menor do que em *Cangaceiros*, o que aponta para a progressão do tema na obra reguiana, haja vista que, temporalmente, *Fogo Morto* se situe entre as outras duas.

Cangaceiros, nessa sequência, adentra com mais afinco o denso território do cangaço, desviando-se da zona da mata açucareira, onde o cangaceiro é apenas visitante, e penetrando os sertões, habitat próprio desses homens. Mesmo com narrador em terceira pessoa, o curso do romance é a trajetória de um personagem em especial: Bentinho, irmão de cangaceiros, o que traz uma maior intimidade

entre a narrativa e o cangaço. Intimidade garantida pelos longos relatos de Domício e do cangaceiro negro Vicente, sobre a vida no bando do capitão Aparício Vieira. Em *Cangaceiros* tem-se uma arquitetura da violência, os personagens estão em todo romance em intenso e constante contato com manifestações violentas; o tempo traz sempre uma imanência desta; o espaço a abriga em todas as dimensões; como se não bastasse, os conflitos e danos estão sempre voltados para a violência, é ela a força motriz da narrativa do último romance de José Lins do Rego.

As obras em questão são, pois, fundamentais para a expectativa modernista de 30: criar uma tradição literária nacional a partir do elemento regional. E, mesmo assim, não deixa de ser universal ao problematizar, do ponto de vista estético, questões como as organizações sociais patriarcais, a decadência humana e a decadência de uma estrutura econômica e as tensões provocadas pelo universo da violência. Por questões como essas é que a romanesca de José Lins do Rego é grandiosa.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Problemáticas da poética de Dostoiévski**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 39. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 8. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2014.

_____. Um romancista da decadência. In. CANDIDO, A. **Brigada ligeira**

<https://periodicos.unifap.br/index.php/letras>

Macapá, v. 8, n. 1, 1^o sem., 2018

e outros escritos. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

COSTA, Dante. Cangaceiros. In. COUTINHO, E.F.; CASTRO, A.B. (Org.) José Lins do Rego. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

COUTINHO, Afrânio.; COUTINHO, Eduardo Faria. **A literatura no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Global, 2004

FARIAS, Sônia Lúcia Ramalho. de. **O sertão de José Lins do Rêgo e Ariano Suassuna: espaço regional, messianismo e cangaço**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

LUKÁCS, György. **A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as forma da grande épica**. São Paulo: Duas cidades; Editora 34, 2000.

MELLO, Frederico Pernambucano. **Guerreiros do sol: violência e banditismo no Nordeste do Brasil**. 5. ed. São Paulo: A Girafa, 2011.

PEREGRINO JR. Língua e estilo de José Lins do Rego. In. COUTINHO, E.F.; CASTRO, A.B. (Org.) José Lins do Rego. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1991.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **História do Cangaço**. 3. ed. São Paulo: Global, 1986.

REGO, José Lins. **Cangaceiros**. 14. ed. José Olympio Editora. Rio de Janeiro, 2010.

_____. **Fogo Morto**. 60. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

_____. **Menino de engenho**. 106. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.

SANTOS, Gilvan de Melo. **Dos versos às cenas: O cangaço no folheto de cordel e no cinema**. Campina Grande: Ed. Marccone, 2014.

Recebido em 14/01/2017

Aceito em 26/05/2017